

DOSSIÊ: 30 ANOS DO ECA: CONSTRUINDO DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO

Proponente: Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca, docente do Departamento de educação e do programa de Pós- Graduação, IB, UNESP, Rio Claro/SP. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH).

Caros leitores e leitoras,

É com muita satisfação e contentamento que divulgamos a 30^a edição da Revista Cadernos da Pedagogia (publicação on-line do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar). Esta publicação trata do dossiê “**30 anos do ECA: construindo diálogos com a educação e a formação**” com doze artigos e dois relatos de experiência. Essa organização surgiu devido a reflexão sobre os 30 anos do ECA no Brasil, além de ser uma data comemorativa coincide com a nossa 30^o edição, um importante marco para todos os educadores e educadoras.

Neste sentido, esse dossiê busca proporcionar elementos formativos, conceituais e teóricos sobre o ECA, bem como relata experiências de ensino e aprendizagem, com o objetivo de compor um material de apoio a ser utilizado na formação de futuros professores e educadores das licenciaturas; ele foi coordenado e elaborado pelos integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH). No dossiê, também, temos a participação de um artigo organizado pela Profa. Dra. Renata Maria Mochen Nascente, do Departamento de Educação da UFSCar, que não faz parte do grupo de pesquisa, mas cooperou com a temática com o texto: “Educação em direitos humanos em uma escola pública de ensino fundamental”.

O dossiê “**30 anos do ECA: construindo diálogos com a educação e a formação**” tem início com uma *Apresentação* escrita pela proponente Débora Cristina Fonseca que relata a importância do trabalho desenvolvido (nos últimos 10 anos) do GEPEPDH com estudantes de graduação, pós-graduação e professores da educação básica. A autora apresenta a perspectiva do ECA como uma grande conquista da sociedade, que em 30 anos garantiu direitos básicos, nas vidas de muitas crianças e adolescentes.

O primeiro artigo do dossiê denomina-se “*ECA e educação contextualizando caminhos e possibilidades*”, nele aborda-se o reconhecido legalmente de crianças e adolescentes no Brasil, bem como os avanços no que se refere a essas concepções. Com base nas concepções e histórico do normativo legal, problematiza-se a formação de professores após a aprovação do ECA, apontando necessidade de investimento na formação inicial e continuada, bem como sobre a responsabilidade formativa e integral das universidades nesses 30 anos de aprovação da lei.

No segundo artigo “*o ECA nas discussões étnico-raciais: das limitações às potencialidades*”, relata-se uma investigação em que se discute as intersecções existentes entre os direitos de crianças e adolescentes pretos e as contribuições do ECA no movimento de diluição das desigualdades e, conseqüentemente, das opressões vivenciadas por eles. Enfatiza-se a necessidade de discutir os avanços, potencialidades do ECA e outras políticas públicas, visando reconhecer às limitações e contradições de políticas universais reducionistas, ocidentais, europeias.

No terceiro artigo “*A normatização do conceito criança e adolescente numa perspectiva histórico cultural*” é proposto um esclarecimento sobre a concepção de criança e adolescente na perspectiva histórico-cultural, propiciar reflexões acerca do processo de elaboração de documentos legais, apresentando um breve panorama histórico da normatização do conceito de criança e adolescente.

No quarto artigo “*O ECA e o estatuto da juventude na garantia do direito à educação: os cursinhos populares em discussão*”, apresenta-se um ensaio teórico que percorre o histórico educacional do país, da Educação Básica e do Ensino Superior, discutindo os problemas como os altos índices de evasão nas escolas, o esvaziamento de significados dos espaços escolares, a ausência de políticas que garantam a permanência de juventudes mais vulneráveis nesses lugares, bem como as dificuldades de acesso ao Ensino Superior por parte das camadas populares.

O quinto artigo “*Os desafios da intersectorialidade no atendimento socioeducativo*”, propõe uma discussão sobre a forma como a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional está organizada, focando a criação do SINASE que teve como meta dar condições para que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa pudessem ser assistidos por todas as políticas sociais que lhes são de direito a fim de possibilitá-los a transformação das suas realidades.

O sexto artigo “*O lugar dos jovens autores de ato infracional nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites na história desta juventude*” é exposto como uma discussão teórico conceitual a respeito do lugar dos jovens autores de ato infracional nas políticas públicas brasileiras. As reflexões estão fundamentadas na perspectiva sócio histórica, e os dados revelam que, embora as conquistas para esta juventude sejam inúmeras a partir das legislações que consideram adolescentes/jovens como sujeitos de direitos, as políticas públicas ainda não garantem esses direitos na prática.

No sétimo texto encontra-se um Relato de Experiência “*A educação como direito humano na EJA*”, foi feito um recorte de uma pesquisa-ação que realizou oficinas abordando temáticas da educação em direitos humanos com alunos da educação de jovens e adultos (EJA), de uma escola da rede pública de ensino.

O oitavo texto encontra-se um Relato de Experiência “*O ECA no ensino fundamental I: um relato de experiência*” que trata de uma oficina realizada pelo projeto de extensão “ECA, Educação e Direitos Humanos na escola”, desenvolvida com o objetivo de trabalhar e realizar o Estatuto da Criança e do Adolescente com crianças do 4º ano do Ensino Fundamental I em uma sala de aula considerada difícil pela equipe escolar.

No nono texto, um artigo “*A garantia do direito à educação na educação em direitos humanos: potencialidades nos 30 anos do ECA*”, que debate sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, com reflexão sobre o desconhecimento, ou o não reconhecimento de direitos. Este artigo busca fazer um recorte dos dados de uma pesquisa qualitativa, analisando o que os professores que atuam na Educação Infantil tem como concepção acerca da garantia do direito à educação, assim como a possibilidade do reconhecimento de direitos pelos participantes através da Educação em Direitos Humanos.

O décimo texto trata-se de um artigo “*A espacialização da violência na perspectiva de professores de ensino fundamental*”, que teve origem devido a uma pesquisa de iniciação científica realizada nos anos de 2019 e 2020 numa cidade do interior

paulista, com foco na Educação em Direitos Humanos. Essa pesquisa buscou analisar a perspectiva de professores do Ensino Fundamental regular e EJA de duas escolas do interior paulista acerca da reprodução de violência/violação de direitos.

No décimo primeiro artigo “*Formação de professores e as mudanças requeridas pelo ECA*” é problematizada a efetivação do ensino sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na prática docente, haja vista a obrigatoriedade dos professores incluírem o ensino sobre esses direitos. A experiência relatada indica que os educadores podem construir novos modos de fazer sua prática, comprometidos com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e não apenas com a escolarização desses sujeitos.

O décimo segundo artigo “*Educação em direitos humanos em uma escola pública de ensino fundamental*” analisa o desenvolvimento de uma ação formativa oferecida por uma universidade pública aos professores(as) de uma escola municipal de ensino fundamental de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. O planejamento da ação baseou-se na premissa de que a Educação em Direitos Humanos quando incorporada ao cotidiano escolar, teria o potencial de aprimorar as relações interpessoais, tendo como resultado a diminuição de conflitualidades e atos de violência.

No décimo terceiro artigo “*Consequências para a vida dos alunos protagonistas de violências: as ações da escola e do poder judiciário*”, é possível observar que mesmo os direitos do ECA sendo preconizados ao longo desse tempo, garanti-los na prática não é tarefa fácil. O artigo busca tratar sobre as consequências das ações escolares e do poder judiciário para a vida dos alunos protagonistas de violências. A análise teve como base a discussão de casos denunciados pela escola e transformados em processos judiciais. Os dados permitem a análise do impacto disso na vida dos jovens autores de ato infracional.

E, finalmente, no décimo quarto artigo “*Interfaces do fracasso escolar, defasagem educacional e ato infracional: a análise de processos judiciais de alunos de escola pública*” busca-se evidenciar a relação do fracasso e da defasagem escolar com o ato infracional. O objetivo foi analisar a trajetória escolar de jovens que em algum momento estiveram em conflito com a lei e cumpriram algum tipo de medida socioeducativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Evidenciaram-se raízes históricas da criminalização de determinadas classes sociais, o preconceito existente no ambiente escolar em relação a esses jovens e a ineficiência de algumas diretrizes estabelecidas pelos sistemas protetivos como forma de garantia de direitos.

Além do dossiê temático que faz parte desta edição, a revista *Cadernos da Pedagogia* publica mais dois artigos de publicação contínua, três relatos de experiência e uma resenha:

O artigo denominado “*O papel do gestor na formação do professor iniciante*” apresenta os resultados de uma pesquisa com gestores escolares que atuam em escolas públicas de Educação Infantil – de um município localizado no interior do Estado de São Paulo – têm amparados e orientados os professores iniciantes, em seus primeiros anos de carreira, incentivando-os a permanecerem na profissão.

No artigo “*A questão do currículo escolar enquanto uma realização sociopolítica: breve apanhado teórico-conceitual*” existe uma discussão envolvendo as teorias do currículo escolar em que seu objetivo está em catalogar o tipo de cidadão a ser

integrado na sociedade. O posicionamento defendido se direciona para as subjetividades têmporo-espaciais que permeia a reprodução social (práxis) de cada grupo social em um sentido de Proatividade.

Nesta 30^a edição, ainda temos três relatos de experiência e uma resenha:

O primeiro relato de experiência denominado “*Fracasso escolar versus sucesso presumido: a individualização da questão*” contribui com a discussão sobre o controle das avaliações nacionais que produzem um efeito de classificação e individualização de problemas e sucessos nas escolas. Analisa-se a produção do fracasso escolar numa escola avaliada como de qualidade.

O segundo, “*O  rculo de paz como instrumento de reflexão de professores na temática diversidade e inclusão*”, relata a experiência do Círculo de Paz realizado em um dos módulos de formação continuada de professores de matemática. A atividade ocorreu no município de Foz do Iguaçu- PR, no ano de 2017. A técnica utilizada foi a do Círculo de Paz, uma das ferramentas da Justiça Restaurativa, a qual é norteada por valores universais como participação, diálogo, igualdade, justiça social e respeito à diversidade.

E, finalmente, o último, “*Ensino remoto no ensino superior em tempos de COVID-19: narrativas da experiência*” traz um relato autobiográfico de experiência na docência do Ensino Superior em uma institui o privada localizada no maciço de Baturité – Ceará para o corpus de análise da investigação científica. Com o objetivo de dialogar sobre o ensino remoto utilizado para a garantia da educação no Ensino Superior em tempos de isolamento social.

A resenha   do livro de Francisco José Quaresma de Figueiredo com o título “*Vygotsky: a interação no ensino/aprendizagem de línguas*”, da editora Parábola de São Paulo, publicado em 2019. O autor convida os leitores a interagir com a teoria sociocultural e a observar os seus construtos ilustrados em eventos de interação em sala de aula ou em interações mediadas por computador.

Espero que você aproveite a 30^o Revista dos Cadernos da Pedagogia e tenha uma ótima leitura. Lembrando que temos o compromisso público de difundir vários referenciais teóricos, conforme as perspectivas científicas e educacionais de cada autor.

Profa. Dra. Maria Cecília Luiz
Editora